

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 69/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67282.002248/2025-23

2. Descrição da necessidade

2.1 O processo visa à aquisição de Equipamentos para a ativação da Oficina de Interior de Aeronaves no GLOG-BR), responsável pela execução e controle das atividades logísticas de manutenção de aeronaves e sistemas aeronáuticos, do suprimento de material aeronáutico e bélico das Unidades Militares sob subordinação da Base Aérea de Brasília (6º Esquadrão de Transporte Aéreo (6º ETA) e Grupo de Transporte Especial (GTE)), a fim de auxiliar no emprego destas para o cumprimento das Ações de Força Aérea e Operações Militares específicas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do Comando de Preparo (COMPREP), além do apoio as mais diversas aeronaves em trânsito na Base Aérea de Brasília.

2.2 A capotaria em aeronaves, especialmente, no interior, desempenha um papel fundamental que vai além da simples estética. Este elemento é crucial para a segurança, conforto e eficiência dos voos, além de contribuir sobremaneira para a maior durabilidade das aeronaves bem como para a sua efetiva manutenibilidade.

2.3 O interior de aeronaves é um ambiente multifacetado que desempenha um papel crucial na segurança, englobando conforto, estética, durabilidade e responsabilidade ambiental. Seu impacto vai muito além do que os usuários e tripulantes podem perceber, contribuindo para uma experiência de voo mais segura e agradável.

2.4 Tendo a segurança como prioridade máxima na aviação é imprescindível o atendimento de rigorosos padrões de segurança principalmente com relação às estruturas internas, bem como a identificação de problemas, a se evitar custos elevados bem como interrupções operacionais. Materiais utilizados na capotaria como revestimento de paredes, tetos e assentos, são feitos de substâncias resistentes ao fogo e com propriedades de isolamento acústico sendo essencial que estejam em excelentes condições para garantir que, em caso de emergência, os passageiros possam evacuar a aeronave com segurança, minimizando a propagação de fumaça e fogo.

2.5 O conforto é uma outra função importante principalmente dentro da missão de transporte das mais altas autoridades da República. O interior de uma aeronave deve proporcionar um ambiente agradável e acolhedor, especialmente em voos mais longos, principalmente para a absorção de umidade e calor contribuindo sobremaneira para a experiência do usuário. O suporte ergonômico proporcionado no interior de aeronaves deve ser mantido em nível máximo prevenindo desconforto e dores e reduzindo a fadiga. Também é projetado para minimizar o ruído e as vibrações, sendo um diferencial entre uma viagem agradável e uma experiência frustrante.

2.6 Em ambientes de alta rotatividade como as Aeronaves apoiadas pelo GLOG-BR, em especial aquelas do Grupo de Transporte Especial, responsável pelo transporte de Autoridades da República, é essencial a manutenção sistemática e preventiva a fim de resistência ao desgaste diário que vão além da estética, como arranhões, manchas e sujeira que podem impactar na segurança bem como na longevidade do interior das aeronaves, garantindo que a aeronave permaneça em conformidade tanto com as normas bem como conforto. A limpeza e a inspeção periódica dos revestimentos e estofados e a imediata ação ajudam a prevenir a deterioração e a identificação de problemas antes que se tornem graves sendo crucial para a manutenção da higiene e aparência adequada.

2.7 Os equipamentos a serem adquiridos são fruto de um investimento estratégico buscando a aquisição de itens versáteis, modernos, com eficiência energética e menor necessidade de manutenção, com menor consumo de energia e utilização de materiais com o mínimo de impacto ambiental. Serão benéficos em termos de produtividade, versatilidade, redução de custos e sustentabilidade.

2.8 Para o interior de aeronaves, novos materiais estão constantemente sendo desenvolvidos e incorporados o que requer o uso de maquinário e ferramentas adequadas para corte, aderência, medição, precisão e tratamento de superfície. Além disso, a capotaria é um processo meticuloso que envolve a reparação, a renovação, e muitas vezes a recriação envolvendo uma avaliação detalhada das condições para o atendimento e o retorno das condições de qualidade, aparência, função e principalmente, segurança.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Membro da comissão	WELLINGTON JOSÉ CAMPOS VIANA 1º Ten QOEA SUP
Membro da comissão	PEDRO COSTA DE ARAUJO JUNIOR 2º Ten QOEA SUP
Membro da comissão	OSMAR ALVES DA SILVA 3S QSS BEV

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto exigir. Faz-se necessário ainda que os produtos que obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pela ANVISA e INMETRO, se existentes;

4.2 O prazo de entrega dos bens serão de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho (NE) ou do pedido fracionado. Importante esclarecer que esta é uma característica fundamental para o fornecimento.

4.3 Os produtos deverão ser entregues de em horário de expediente do setor (09:00 às 17:00 - Horário de segunda à quinta feira e de 08:00 às 12:00 às sextas-feiras), o desrespeito ao horário de entrega desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo o licitante retornar dentro do horário de expediente para a respectiva entrega, sem custos para a Administração Pública.

4.4 As embalagens deverão atender aos requisitos mínimos de desempenho preconizados pela norma ABNT NBR 9460, ou aquela que a substituir. De modo geral, as embalagens devem ser entregues lacradas e oferecendo ao conteúdo a devida proteção à luz, poeira e umidade, conferindo perfeita vedação e possibilidade de empilhamento.

4.5 As operações de frete, carga e descarga serão de total responsabilidade da CONTRATADA, que deve arcar com todos os custos, taxas, impostos e emolumentos referentes a essas operações, bem como garantir a acomodação do material no local indicado pela CONTRATANTE no momento do recebimento físico dos itens.

4.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6.1 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui o exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.7 Os materiais apresentados devem ter validade mínima de um ano, a contar da data de apresentação dos materiais. Em casos excepcionais, serão justificados os prazos inferiores.

4.8 As obrigações da Contratada e Contratante, além das especificações técnicas complementares estarão previstas no Termo de Referência.

4.9 A contratação pretendida será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 14.133/21.

4.10 Vistoria obrigatória: não.

4.11 Necessidade de garantia de execução: não.

4.12 Participação de consórcio e possibilidade de subcontratação: pelo baixo grau de complexidade do objeto não será permitida a participação em consórcio, nem a subcontratação de parte ou de todo o objeto.

4.13 ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO: Adota-se o Pregão Eletrônico, no formato Tradicional, pois os itens foram delimitados pela necessidade exata com os quantitativos a serem adquiridos para suprir os grupos de trabalho.

4.14 REGIME DE EXECUÇÃO. Compra com aquisição remunerada de bens para fornecimento de itens presentes na Nota de Empenho.

4.15 EXECUÇÃO. Prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

4.16 PAGAMENTO: Em justificativa ao art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, o modelo de pagamento ao fornecedor seguirá os moldes da execução pública quanto à emissão de empenho, liquidação e pagamento, devido às características da Organização e a utilização de indicadores orçamentários.

4.17 As autorizações de fornecimento dos materiais contendo as notas de empenho serão enviadas pelos Tenentes Viana ou Sérgio Luis.

4.18 Obrigações específicas da Contratada serão detalhadas no Termo de Referência.

4.19 Exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como os critérios de qualificação econômico- financeira, serão de acordo com a legislação e constarão no Edital.

4.20 O local será na Base Aérea de Brasília, no seguinte endereço: Aeroporto Base Aérea de Brasília, Lago Sul, DF, 71608-020.

4.21 Para os itens que envolvem a expressão "similar ou superior", a Administração Pública buscou evidenciar os padrões mínimos de qualidade a serem atendidos, garantindo clareza e objetividade na descrição das exigências, de modo a evitar ambiguidades que possam comprometer a competitividade do certame, em conformidade com o princípio da isonomia e a ampla participação, nos termos dos artigos 5º e 7º da Lei nº 14.133/2021.

4.22 Nos termos do artigo 41, §2º, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou que exijam marcas ou especificações exclusivas, salvo quando houver justificativa técnica devidamente fundamentada. Qualquer descrição que restrinja a competitividade de maneira injustificada caracteriza direcionamento do certame, o que afronta os princípios da igualdade e da competitividade, sendo devidamente observado na definição dos parâmetros. O Tribunal de Contas da União (TCU) destaca que, embora a indicação de marca como parâmetro de qualidade seja admitida para facilitar a descrição do objeto, ela deve ser seguida de expressões como "ou equivalente", "ou similar" ou "de melhor qualidade" (Acórdão TCU nº 2401/2006).

4.23 A similaridade será avaliada não apenas em relação às características técnicas do objeto, mas também quanto à funcionalidade, desempenho e adequação às necessidades específicas da Administração. Ressalta-se que, no momento da análise da proposta vencedora, o Setor Técnico irá detalhar, com precisão, as características que definem a similaridade ou a superioridade do objeto ofertado, confrontando-as com os parâmetros técnicos estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico. Essa prática está alinhada com a necessidade de fundamentação técnica e de evitar subjetividade na escolha, reforçando a importância de critérios objetivos para mitigar riscos de restrição injustificada à competitividade.

4.24 Ademais, a Administração irá registrar nos autos do processo licitatório o parecer técnico conclusivo que demonstre a adequação do objeto entregue, garantindo que ele efetivamente atenda às necessidades públicas e respeite os parâmetros previstos no edital. Assim,

assegura-se a observância do princípio da eficiência, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e os demais princípios que regem a contratação pública.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido.

5.2 Foram analisadas contratações similares feitas por outros Órgãos e Entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação de dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade norma.

Prefeitura Municipal de Timoteo	Pregão Eletrônico - Manutenção de Veículos voltados à Capotaria/Estofamento.	P 40/2024
Base Aérea de Natal	Dispensa Eletrônica- Serviço de revestimento em Capotaria	D 31/2023

5.3. Acima foram apresentados dois certames que obtiveram êxito na homologação, alcançando a aquisição de itens que possuem semelhança com o solicitado no Termo de Referência, para comprovar a existência de pesquisas usuais de mercado e a busca pelos itens em outros Órgãos.

5.4. A BABR busca adquirir itens para apoiar o GLOG a continuar seu plano de manutenção, de aeronaves e fins, este estudo Preliminar visa demonstrar a viabilidade de mercado, mostrando certames homologados com satisfação no preço de mercado.

5.5 A adoção de alternativas como o aluguel de equipamentos ou a execução indireta por terceirização foi analisada com cautela, não se revelando viáveis ou vantajosas para a Administração. Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a escolha pela aquisição direta foi fundamentada em variáveis que demonstraram, segundo o Setor Técnico Responsável, alternativas avaliadas não atendem aos princípios da economicidade, eficiência ou continuidade do serviço público, conforme já preconizado no Acórdão TCU nº 1927/2021 – Plenário.

5.6 A aquisição direta dos itens é justificada pela inexistência de oferta no mercado para aluguel do equipamento com as especificações técnicas e operacionais necessárias à execução da atividade demandada, conforme levantamento prévio realizado. Além disso, a natureza da atividade é de caráter essencial e estratégico, não podendo ser delegada a terceiros, em conformidade com os princípios da segurança e continuidade do serviço público, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.7 O estudo técnico realizado demonstrou que a aquisição é a solução mais econômica e eficiente, considerando o custo-benefício em longo prazo, especialmente devido ao uso contínuo e intensivo da máquina, cuja locação, mesmo que disponível, apresentaria valores desvantajosos em comparação ao investimento na compra. A decisão está fundamentada nos artigos 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021, que exigem justificativa técnica para assegurar a escolha da alternativa que melhor atenda ao interesse público e ao princípio da economicidade.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Com base no Levantamento de Mercado realizado pela Equipe de Planejamento, a fim de que seja comprovada a eficiência da Licitação, quanto à Aquisição de Material de consumo e Permanente necessários para preencher as lacunas existentes no setor

solicitante, seguindo o critério de exemplos externos à Administração, que englobam também os itens de mesma natureza, a equipe tornou viável dar continuidade ao processo de aquisição.

6.2 Com o atendimento dos itens, o Setor Solicitante terá as ferramentas necessárias para manter os estofados, não sendo necessária a exigência de manutenção e assistência técnica.

6.3 Quanto à justificativa econômica, tem-se: Os itens foram cotados dentro do banco de preços chamado "preço estimado" onde a plataforma apresenta itens homologados de outros Órgãos, para servir como base de pesquisa a este. Assim, os itens foram analisados conforme preço de mercado, contabilizando os gastos do fornecedores e suas médias foram quantificadas.

6.4 Quando à justificativa técnica, tem-se:

6.4.1 Os parâmetros técnicos advêm de pesquisa do maquinário dos sítios eletrônicos especializados, que facilitam a aplicação das descrições, a fim de não ter itens fracassados.

6.5 Os itens estão descritos em tabela anexa ao Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa da quantidade a ser contratada foi elaborada com base em uma abordagem criteriosa e fundamentada, estruturada em diversas etapas de análise e levantamento de informações. Inicialmente, o processo foi conduzido pelo Grupo Logístico de Brasília, responsável por organizar esta aquisição, centralizar as demandas e definir critérios que refletissem de forma precisa as necessidades operacionais.

7.2 A identificação das demandas contou com a participação direta de militares especializados na área de capotaria, cuja experiência técnica e prática foi determinante para estabelecer os parâmetros iniciais de cálculo. Esse trabalho foi enriquecido com consultas a escalões superiores, particularmente aos Parques de Material do Galeão e de Lagoa Santa, reconhecidos por sua expertise consolidada na manutenção de interiores de aeronaves. Essas instituições forneceram subsídios técnicos valiosos, como padrões de consumo em atividades similares e critérios para avaliar necessidades futuras, garantindo maior profundidade e confiabilidade aos dados utilizados.

7.3 Com o objetivo de aumentar a precisão da estimativa, um militar foi destacado para realizar um levantamento *in loco* nas instalações do PAMA-GL, na cidade do Rio de Janeiro. Durante essa etapa, foram coletadas informações diretamente das áreas de operação, abrangendo aspectos como o estado de conservação dos itens de capotaria, o ritmo médio de desgaste e a frequência de substituição necessária para atender aos padrões de manutenção. Esse levantamento permitiu cruzar os dados teóricos previamente fornecidos com uma análise prática e atualizada, eliminando possíveis inconsistências e ajustando a estimativa às condições reais observadas.

7.4 Além dessas iniciativas, o cálculo das quantidades também levou em consideração o volume expressivo de aeronaves a serem atendidas, estabelecendo uma relação direta entre o tamanho da frota, a complexidade dos serviços e os materiais necessários para garantir o pleno atendimento. A análise apontou que, devido à frequência e às particularidades das demandas relacionadas à capotaria, a projeção deveria contemplar não apenas os requisitos imediatos, mas também a capacidade de suprir possíveis variações de consumo operacional. Essa conexão foi validada com a totalização e racionalização dos dados coletados, envolvendo um cruzamento entre as informações levantadas *in loco* e as orientações técnicas fornecidas pelas unidades especializadas.

7.5 O resultado final reflete uma análise abrangente e rigorosa, fundamentada tanto na expertise técnica quanto na observação prática. As quantidades definidas visam atender integralmente às necessidades operacionais, preservando as características funcionais, a durabilidade e a estética dos itens de capotaria. Além disso, elas garantem a conformidade com os elevados padrões de segurança e qualidade exigidos, assegurando a prontidão operacional da frota e a confiabilidade dos serviços realizados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor valor, é de **R\$ 93.280,68 (noventa e três mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos)**.

8.2 Para a formação dos preços estimados para aquisição dos materiais, utilizou-se como metodologia a realização de uma pesquisa no Banco de Preços, na qual foram consultadas, a MÉDIA ARITMÉTICA e/ou MEDIANA dos valores, chegando-se então, ao preço referenciado.

8.3 A pesquisa foi elaborada com empresas específicas e o prazo está dentro dos 12 (doze) meses conforme previsto na IN. Logo, segue em apêndice a este, o Termo de Elaboração da Pesquisa de Preços, mapa de preços e suas médias saneadas.

8.4 O Termo de Elaboração da Pesquisa de Preços possui o complemento da base de confecção da cotação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O Termo de Elaboração da Pesquisa de Preços possui o complemento da base de confecção da cotação.

9.2 Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação

menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”(grifou-se)

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.” (grifou-se)

9.3 A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto , sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

9.4 O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

9.5 Em busca de proceder a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, resulta-se ao apontamento de PARCELAMENTO da solução, onde os objetos serão licitados por item, com pedido GLOBAL.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta aquisição seja atingido, tendo em vista que o objeto é um bem comum, independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Inicialmente, ressalta-se que a missão da Base Aérea de Brasília é executar as atividades administrativas e logísticas necessárias ao apoio dos grupos sediados, visando à melhoria contínua dos processos internos e à qualidade dos serviços prestados.

11.2. A Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA Nº 11-1/2020), que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, define atividade, em seu item 2.7.8.1 como um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportada por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender aos processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização, para o cumprimento de sua finalidade. Já seu item 2.7.8.3 versa sobre a imprescindibilidade da priorização dos recursos, para que as Organizações e os principais Sistemas da Aeronáutica mantenham-se sempre em efetivo funcionamento, provendo à Força Aérea, a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão.

11.3. Realizando-se uma análise primária do que versa a DCA 11-1, face à instrução do processo de aquisição em comento, observa-se total alinhamento da contratação pretendida, em relação ao planejamento da compra em tela.

11.4. Por fim, no que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E também em conformidade ao Programa de Tarefas Anual (PTA) da OM.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Garantir que os interiores das aeronaves sejam acabados com materiais de alta qualidade e design sofisticado, atendendo às expectativas dos usuários e às normas de aviação.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessário ser executada a adaptação de ambientes para o objeto a ser adquirido.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução/entrega do objeto.

14.2 Possíveis impactos ambientais da contratação e medidas de tratamento em razão dos impactos ambientais devem ser observadas pelas Empresas Contratadas conforme o estabelecido nas seguintes legislações: Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e XI, art. 7º da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

14.3 É dever da contratada observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens.

14.4 A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2 Pelo constatado nos estudos preliminares considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WELLINGTON JOSE CAMPOS VIANA

Agente de contratação

ALLAN FERREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP
Data/Hora de Criação:	05/11/2025 17:12:29
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	44cc45fc128f24f184a842402b142018
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten PEDRO COSTA DE ARAUJO JUNIOR no dia 29/01/2026 às 13:56:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento OSMAR ALVES DA SILVA no dia 29/01/2026 às 14:05:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten WELLINGTON JOSÉ CAMPOS VIANA no dia 29/01/2026 às 14:05:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Av ALLAN FERREIRA DOS SANTOS no dia 04/02/2026 às 17:01:42 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO